



## Questão 1

As mudanças na lei de Arretuzes e Barros que incluíram o ensino de história e culturas da África e dos afrodescendentes na educação básica, devem ser pensadas à luz das discussões que Conce Bittencourt coloca sobre a construção da "salvem escolas". Ainda que diversos professores já buscassem abordagens que dessem conta desses estudos a obrigatoriedade da lei impõe a todos os professores de história a refletir sobre suas práticas, assim como revela que a própria disciplina história é constituída historicamente.

Em "Ensino de História: Fundamentos e métodos" Bittencourt aponta que a disciplina escolar não é uma transposição ou "vulgarização" do saber acadêmico. Ela produz um saber próprio, orientado pelas relações de poder envolvidas no papel da escola em cada sociedade. Há portanto inclusões e seleções nada imparciais nos componentes curriculares, que repressam os interesses das elites, mas que também podem expressar as lutas e conquistas dos oprimidos que não deixam de ser sujeitos e agentes.

Neste sentido, a inclusão da obrigatoriedade deste conteúdo não é ~~essencialmente~~ ~~o~~ ~~expressão~~ pode ser lida simplesmente como transposição de novas descobertas acadêmicas e científicas para a sala de aula. Ainda que muitas pesquisas integram-se desse sentido, a inclusão formal deste componente curricular é fruto de acúmulos históricos dos movimentos de resistência e do movimento negro atual que exige ter sua história reconhecida como parte fundamental da constituição social do país.

É fundamental compreender o que estereótipo em jogo

na religião curricular que se apresentava anteriormente. Em "A África na sala de aula" Hermander atenta para o fato de que as pesquisas históricas eram orientadas até meados do século XX por um eurocentrismo iluminista, que não encontrava nas culturas africanas os mesmos padrões que classificavam as suas instituições e assim determinavam a África como selvagem, sem história, sem civilização. Mas ainda, a única história válida como tal é aquela que narra o desenvolvimento necessário da sociedade lógica industrial e liberal, onde a África aparece homogeneizada como objeto.

No Brasil o currículo da disciplina história sempre esteve orientado pela preocupação com a identidade nacional e a formação do ~~o~~ Estado-nação, ainda que essa preocupação tenha se expressado de diferentes formas pelas elites ao longo do tempo histórico. Mas a exclusão das culturas afrodescendentes sempre foi imposta na construção elitista dessa identidade nacional e a exclusão deste componente curricular da disciplina história na educação básica é parte fundamental deste processo.

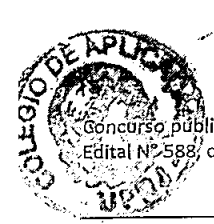
Portanto, esta lei consiste em uma reparação histórica, elemento fundamental para promover acesso à cidadania destas populações, uma vez que reconhecida sua importância na instituição escolar pode-se propagar ~~esta~~ respeito à memória e a tradição em toda a sociedade. Contudo, é necessário ter ciência de que o reconhecimento formal da lei não se transfere em automático para a sala de aula. É necessário um longo caminho que envolve formação dos professores, produção de material didático (que muito nem acontece), e todos esses processos também serão permeados por disputas.

## Questão 2

A lei que inclui a obrigatoriedade de história e culturas dos povos indígenas consiste em um passo importante para o reconhecimento destas populações silenciadas em nossa formação social, como partes constitutivas e fundamentais dela. Contudo para que esta reparação histórica se torne real a questão da formação docente (inicial e continuada) é latente.

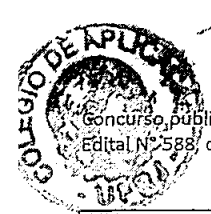
No tocante à formação inicial é fundamental refletir sobre o currículo acadêmico da formação de professores de história. Ciro Bittencourt faz uma importante colocação quando fala que a disciplina escolar não é mera transposição didática do saber acadêmico, que o objetivo da escola não é formar historiadores e sim um cidadão crítico consciente da formação social de seu meio. Contudo, a pouca oferta de disciplinas que abordam história indígena nas graduações tem como consequência pouco conhecimento sobre alguns de referência do assunto. Assim somente professores com convênios e envolvidos nesta tarefa (ou especialistas) trazem materiais para a sala de aula. Para além disso, a formação do professor na academia também deve ser feita em sua perspectiva pedagógica e não apenas burocrática. Nesse sentido, é fundamental que a educação básica discuta em conjunto com a educação superior o que e como se deve abordar sobre estes temas, para que eles já sejam objetos da etapa pedagógica da graduação em história.

Uma questão a ser colocada é que nos currículos mais antigos, tanto a escolar quanto a superior, as populações indígenas pouco aparecem depois do momento inicial da colonização. Na forma como os conteúdos estão organizados



em livros didáticos mais antigos não seria surpreendente que o estudante concluísse que quando substituiu-se o trabalho indígena indígena pela africano, os índios desapareceram, pois mesmo que os livros não afirmem isso os índios não são citados em outros momentos. Por outro lado, se questionado sobre isso, o professor que não tivesse espantadamente geógrafos sobre o assunto até pouco tempo atrás não teria recursos para responder com o que lhe foi oferecido na graduação. Como lamentam nos estudantes a ideia de que essas populações tem o mesmo direito de acesso à cidadania que qualquer outra constituinte da nossa formação social, sem alegar que eles não desapareceram, participaram como sujeitos de diversos momentos da história e participam até hoje?

Porém, não podemos permitir que a "falha" na formação seja de justificativa para que o professor ignore o disposto na lei e mantenha-se na inércia. É da natureza da profissão a formação contínua tendo em vista a natureza de tempo da prática pedagógica, pois os educadores continuam aprendendo a ser professores. Se surge uma nova demanda o professor precisa buscar meios para resolvê-la. Para além das inúmeras possibilidades que a era da informação oferece para o professor buscar material para ser trabalhado em sala e para complementar seus conhecimentos, é mister reconhecer que a promulgação da lei incentivou a abertura de diversas possibilidades de pós-graduação no assunto. Muitas direcionadas especificamente para o ensino de história e culturas indígenas e não para o saber acadêmico em si.



### Questão 3

Assunto Proposta: Análise das narrativas na imprensa sobre os conflitos com indígenas decorrentes da expansão da lavoura ~~café~~ cafeeira no século XIX.

Objetivo geral: Perceber a expansão da lavoura cafeeira como um processo excludente e conflituoso, fundamentando crítica sobre o discurso do Progresso.

Objetivos específicos: Compreender esta etapa da formação social econômica agro-dependente, tendo em vista a monocultura do café; Produto largamente pelo mercado europeu e sua lógica industrialista em construção; Perceber a presença de populações indígenas como sujeitos agentes ~~monocultora~~; Compreender algumas raízes dos conflitos acerca do acesso à terra, que perduram até hoje; Identificar interesses de grupos sociais através das narrativas na imprensa.

Metodologia: Ler conjuntamente notícia pesquisadas nos periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que abordem conflitos com indígenas na expansão da lavoura cafeeira no oeste Paulista ou no Paraná. Posteriormente discutir a temática em grupos de acordo com o número de fontes e propor que cada grupo faça os seguintes questionamentos à sua fonte: De que período e local se trata? É possível identificar quem escreveu a notícia? Que adjetivos são atribuídos aos índios na matéria? É possível através da notícia identificar os interesses envolvidos no conflito?

De posse das respostas reunir a turma para



mente para expor os resultados. Em seguida, organizados em círculo, promover um debate em torno de encontrar semelhanças e diferenças nos materiais de cada jornal

Recursos didáticos: Fontes devidamente identificadas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional